

## O MUNDO DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA: Relações étnico-raciais na Educação Infantil

*Priscila Paula dos Santos<sup>1</sup>*

*Orientador: Dr. Wilson Roberto Batista*

### RESUMO

O presente projeto de intervenção pedagógica na Educação Infantil se desenvolve nas possibilidades educativas da aplicação da Lei n. 10.639/03, e seus espaços de contribuições de educação étnico-racial no Brasil. Através da proposta em uma escola de Educação Infantil no município de Franco da Rocha no Estado de São Paulo, que, possibilita intercorrelações entre as pedagogias e suas ações educativas na Educação Infantil, atendendo crianças nas faixas etárias de 0 à 5 anos da escola municipal. Ao observar assim as poucas discussões relacionadas a esse tema segue este Projeto como ponte em prol de uma escola democrática. Tendo entre seus objetivos contextualizar a importância de excluir práticas pedagógicas antirracistas, e suas oportunidades de reparar as humanidades através da educação. A metodologia utilizada é dividida em duas etapas: 1) uma revisão bibliográfica sobre os conceitos pedagógicos na Educação Infantil que são possíveis nessa faixa etária; 2) a metodologia participativa e propositiva com objetivo de conectar as pedagogias e suas ações interventivas. Sua base de referencial teórico se estabelece através de três autores. No primeiro momento as pedagogias engajadas da pesquisadora afro-americana Bell Hooks (HOOKS, 2013), no segundo momento pedagogias que emergem da professora brasileira Nilma Limo Gomes (GOMES, 2017) e por último a Pedagogia Decolonial do antropólogo e professor brasileiro-congolês Kabenlege Munanga (MUNANGA, 1999). Conectando três obras que possibilitam pensar nas múltiplas possibilidades educativas: 1) História e Cultura Africanas e Afro-brasileira (BRASIL, 2017); 2) Brincadeiras africanas para Educação Cultural (CUNHA, 2016); 3) e Berimbau Mandou te Chamar (HETZEL, 2008). Conclui-se que esse trabalho possibilita pensar os saberes pedagógicos africanos e afro-brasileiro com valores humanos e contributivos para uma sociedade mais humana.

**Palavras chaves:** Lei n. 11.645/08; Pedagogias Antirracistas; Educação Infantil; Educação em Direitos Humanos; Relações étnico-raciais.

---

<sup>1</sup> Especialista em Educação em Direitos Humanos pela Universidade Federal do ABC.



## 1 INTRODUÇÃO

“A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo”, é com essa frase inspiradora do grande líder sul-africano Nelson Mandela (1918 - 2013) que começo minhas primeiras palavras nesse projeto de intervenção didática na Educação Infantil. Tratar das questões étnico-raciais como direito humano na Educação Infantil no Brasil ainda é um grande tabu. Um país com mais de 520 anos de existência, sendo quase 300 anos colônia de Portugal, o último a abolir a escravidão no final do século XIX e com mais de 300 anos escravidão da população africana e indígenas, conta muito sobre que sociedade somos.

É difícil admitir que somos fruto da violência, de um passado de genocídio de 4 a 10 milhões de indígenas e recebemos no período escravagista quase 5 milhões de nativos oriundos do continente africano, sendo que quase 700 mil morreram nas embarcações (GRODIN e VIEZZER, 2018). Números que assustam quando colocados em um mesmo parágrafo, mas, nos demonstram a importância de nos reconstruir enquanto povo, nação e cidadãos de direitos humanos.

A DUDH é um marco nos direitos humanos e estabelece uma série de condutas e normas a serem alcançadas por todas as nações e povos do mundo. Proclamada em dezembro de 1948 em Paris, numa Assembleia Geral das Nações Unidas, tem como objetivo estabelecer uma proteção universal de direito universal, sua base de construção está no foco de evitar a violência, a barbárie, genocídio e destruição de povos no mundo (ONU, 1948). Entre seus artigos destacam-se três para a base desse artigo:

Artigo 1º Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade. Artigo 7º Todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual proteção da lei. Todos têm direito a proteção igual contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação. Artigo 26º: Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional dever ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito.



A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz. Aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o gênero de educação a dar aos filhos (ONU, 1948, s/p.).

A compreensão de que a educação étnico-racial é de fundamental importância para conscientização da diversidade cultural dos povos, ela é benéfica e caminha em direção à proteção universal do direito humano. Dessa forma o direito é visto com um valor a ser alcançado, devendo estar alinhado aos valores da vida, da liberdade e da igualdade, que deve ser cultivado por toda a humanidade.

No Brasil duas normativas legais são fundamentais para garantia desse direito, a Constituição Federal do Brasil de 1988 e a Lei n. 11.645/08. A primeira garante o princípio da dignidade humana que assegura que todos são iguais perante a lei, ou seja: “construir uma sociedade livre, justa e solidária, promovendo o bem de todos sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988, s/p.).

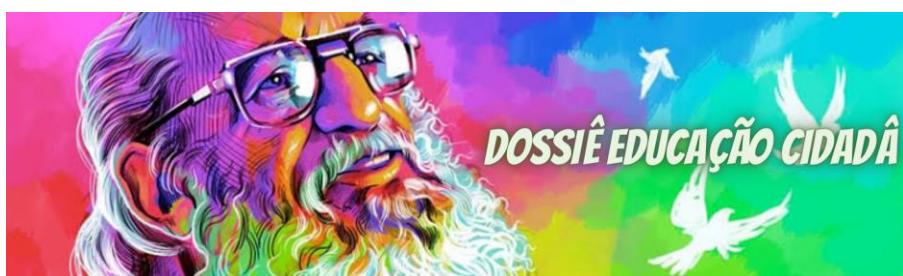
A segunda estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e cultura Africana e indígena na Educação Básica em todas as escolas do país, estabelecendo diretrizes de base para educação em direitos humanos.

Dessa forma o tema proposto neste artigo é de grande relevância social, cultural para educação no Brasil, pois, trabalha na efetivação direta na proteção direito humano.

Desconstruindo práticas discriminatórias e preconceitos raciais, promovendo também o reconhecimento individual como povos constituindo a cultura na formação da sociedade brasileira.

Diante do exposto da sua relevância para educação e proteção do direito humano, existe um significado simbólico individual desta autora, que se concentra do fato da sua própria experiência na Educação Infantil. O fato de que nunca lhe foi possível, se ver na escola como uma criança negra valorizada e respeitada, dentro da sua própria história e ancestralidade africana.

Por esses diversos motivos, desenvolver práticas educativas na Educação Básica



alusivas a cor da pele, ao reconhecimento de sua história e da sua cultura, oportunizar as crianças negras no espaço escolar, o fortalecimento de sua identidade e autoestima. E para crianças não negras construir um olhar longe do preconceito e da discriminação. Voltando ao início desse texto, ao grande Nelson Mandela: “Ninguém nasce odiando o outro pela cor de sua pele, ou por sua origem, ou sua religião. Para odiar as pessoas precisam aprender, e se elas aprendem a odiar, podem ser ensinadas a amar” (MANDELA, 2012).

O projeto de intervenção didática tem como pressuposto abordar temas relacionados a educação étnico-racial amparadas nos direitos humanos, através de uma metodologia que se insere no ambiente lúdico infantil, através das próprias práticas já usual e cotidianas, mas que deformam o espaço escolar de forma habitual e continua possibilitando a visibilidade de todos os sujeitos históricos e de direitos, valorizando a sua cultura e suas diferenças.

## 2 JUSTIFICATIVA

No Brasil desde 2003 foi implantada a Lei n. 11.645/08 que define a obrigatoriedade do ensino história e cultura africana e indígena, possibilitando o reconhecimento da diversidade étnico-racial da formação social brasileira. Reconhecer as identidades formativas da nossa sociedade através de diálogos educativos, e intervenções propositivas que combatem a desigualdade, o racismo e o preconceito.

Este trabalho se justifica pelo seu valor social existente devido aos resgates dos saberes culturais africanos para a história do Brasil e em particular, da educação de crianças pequenas.

## 3 OBJETIVOS

### 3.1 Geral

O projeto de intervenção didática tem como objetivo central desenvolver práticas pedagógicas na educação infantil com base da Lei n. 11.645/08, que desenvolva o



entendimento das crianças sobre a participação histórica e cultural da população africana na construção da sociedade brasileira. Promovendo ações de respeito às diferenças entre seus colegas e a população negra no país. Desconstruindo olhares estereotipados de um grupo racial negro, que ao longo dos séculos, foi negado a sua própria humanidade.

A proposta focada em EMEB Carlos Eduardo de Souza situada no município de Franco da Rocha no Estado de São Paulo, que atende crianças nas faixas etárias de 0 a 5 anos numa escola municipal da cidade, possibilita conectar as pedagogias e suas ações educativas na Educação Infantil. Há necessidade de se incluir no Projeto Político Pedagógico da escola uma política antirracista onde haja a valorização cultural dos povos negros e indígenas.

### 3.2 Específico

- a. Uma revisão bibliográfica dos conceitos educativos na Educação Infantil;
- b. Propostas intervenções didáticas com sugestões possíveis para serem realizados na Educação Infantil.

## 4 REVISÃO DE LITERATURA

Os debates étnico raciais no Brasil que vem ocorrendo nas últimas décadas de forma mais intensa, ocorrem em todos os aspectos da sociedade brasileira. No âmbito da Educação Infantil e das suas instituições escolares, esse foco se estabelece através das práticas pedagógicas que possibilitem a aplicação da Lei n.11.645/08, que possibilitam a luta contra o preconceito racial e a discriminação. O senso comum que assegura a falsa ilusão de que a escola é um espaço de todos, vem sendo rediscutido.

Cavalleiro (2000) através de sua obra “Do Silêncio do Lar ao Silêncio Escolar”, nos possibilita refletir o silenciamento que envolve a criança, tanto na vida social quanto na escolar, nos instigar a criar soluções através das práticas educativas na Educação Infantil, que possibilita combater o preconceito e a discriminação na qual crianças negras são expostas na infância.



O seu livro publicado no ano 2000, não poderia ser tão atual, se citarmos o fato ocorrido tão recentemente com “uma criança de 03 anos fantasiado de macaco numa escola municipal de São Paulo”, no dia 03 de junho de 2022. O caso foi denunciado pela mãe da criança, na delegacia de polícia da cidade AE carvalho, como racismo. Um caso amplamente divulgado nos meios de comunicação e nas redes sociais, a escola nega práticas racistas (CAVALLEIRO, 2000), e reafirma a prática recorrente no espaço escolar de silenciamento de casos, e suas relações conflituosas, que ocorrem no contato com o outro.

Existem vários fatores que contribuem para permanência dessa realidade, tais como: a falta de recurso público nas escolas públicas para promoção de igualdade racial, a permanência de estereótipo em livros didáticos, a falta de livros de literatura africana e indígenas nas bibliotecas, a formação docente de professores (tanto no âmbito da resolução do problema, assim como na desconstrução do currículo), a falta de referenciais positivos (nos livros, nos personagens, nos desenhos, nos bonecos, etc.), a criança não está na escola, não está nos livros, não está no lugar de ocupação dessa referência e valorização do ser negro (CAVALLEIRO, 2000).

A autora defende que a experiência escolar é a primeira etapa de socialização da criança com o mundo exterior, e que oportuniza de forma gradativa a compreensão das regras sociais no mundo e na sociedade. O início da vida das crianças, suas experiências são estabelecidas no ambiente familiar, no segundo momento o ambiente escola se configura o espaço de mediação das diferenças sociais e culturais humanas em sociedade e do mundo social da qual a criança está inserida (CAVALLEIRO, 2000).

A escola amplifica não só mundo social da criança mas também seus significados por meio das trocas existente no convívio (brincadeiras, atividades e amizades), promovendo um olhar sobre o outro, de outras leituras de mundo, adquirindo novos conhecimentos e novos sentidos e conceitos. Isso só é possível através de práticas pedagógicas mais diversas que tem como base o formato da inclusão da diferença humana como o sentido de pertencimento (CAVALLEIRO, 2000).

A partir desse pressuposto de que é importante romper o silêncio no ambiente escola da criança e reconstruir novas práticas pedagógicas que traduz a diferença como



fator de riqueza humana, a proposta propõem articular as ideias de três autores para o desenvolvimento de pedagogias humanizadoras. No primeiro momento, as pedagogias engajadas da pesquisadora afro-americana Bell Hooks (HOOKS, 2013), no segundo momento pedagogias que emergem da professora brasileira Nilma Limo Gomes (GOMES, 2017) e por último a pedagogia decolonial do antropólogo e professor brasileiro-congolês Kabenlege Munanga (MUNANGA, 1999).

A “pedagogia engajada” proposta pela pesquisadora Bell Hooks (2013) no seu livro “Ensinando a Transgredir: A educação como prática da liberdade” nos propõem através da conexão da obra “Pedagogia do Oprimido” de Paulo Freire, considerado pedagogo brasileiro, o uso de prática da liberdade no ato pedagógico, estabelecendo que o ato de liberdade do professor na sua escolha em sala de aula deve ser regido por uma atividade consciente e crítica do conteúdo, como ela mesmo diz, é preciso transgredir para além dos conteúdos de unilateral eurocentrado, é preciso incluir o multiculturalismo existente na formação social da sociedade.

Incentivando de forma aos professores a dar um passo além dos currículos pré-existentes, dos aprendizados engessados que se limitam na rotina de produção educativa (HOOKS, 2013).

No trecho de sua obra, ela afirma que o “enfoque se revelou fundamental exatamente por ser tão evidente que os privilégios de raça, sexo e classe dão mais poder a alguns alunos que a outros, concedendo mais ‘autoridade’ a algumas vozes que a outras” (HOOKS, 2013, p. 246).

A “pedagogia que emergem” descrita na obra do Movimento negro Educador” da professora e pedagoga Nilma Gomes, propõem o desenvolvimento de teoria pedagógica nas ausências e das emergências, inspirada no sociólogo Boaventura de Sousa Santos (2004).

Baseada na ideia de emergir o sujeito negro como protagonista de sua própria história e da construção da sociedade brasileira, utiliza como exemplos as estratégias utilizadas pelo movimento negro como ações interventivas e educativas para ambiente escolar (GOMES, 2017).

Neste trecho do livro a autora afirma que: “[...] reconhecer e tornar credíveis os



saberes produzidos, articulados e sistematizados pelo Movimento Negro para a prática e para o pensamento educacional é tarefa da pedagogia das emergências” (p. 139), ela emerge de categorias as experiências no âmbito do movimento, como saberes colaborativos para uma prática educativa antirracista no ambiente escolar.

Tal pedagogia proposta, se complementam na teoria e na epistemologia, proporcionando diversas alternativas para preencher as ausências educativas multicultura que formam os diversos sujeitos da nossa sociedade, com possibilidades concretas de emancipação (GOMES, 2017).

E por último, a “Pedagogia Decolonial” do brasileiro-congolês Kabenlege Munanga (1999), com sua obra “Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil”, que expõem que a busca pelo embranquecimento enraizado no imaginário da população negra brasileira, se estabelece enraizada e psicológica, quando invisibilizamos o sujeito negro da sua própria história e da sua construção do belo. No espaço infantil a não percepção do belo nas imagens e nas histórias infantis, a manutenção das imagens estereotipadas do negro associadas sempre ao “feio” e de pessoas brancas ao “belo”, fomentando a rejeição de si mesmo, desenvolvendo uma subjetividade negativa da sua cor da pele, do seu cabelo.

O autor afirma que a prática pedagógica decolonial, possibilita a reafirmação de si mesmo, fazendo as pazes com suas características fenotípicas que lhe define com negro, valorizando o seu cabelo, sua cor e redefinindo conceitos sociais de beleza:

Não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas existentes nas cabeças das pessoas, atitudes essas provenientes dos sistemas culturais de todas as sociedades humanas. No entanto, cremos que a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados. Apesar da complexidade da luta contra o racismo, que consequentemente exige várias frentes de batalhas, não temos dúvida de que a transformação de nossas cabeças de professores é uma tarefa preliminar importantíssima. Essa transformação fará de nós os verdadeiros educadores, capazes de contribuir no processo de construção da democracia brasileira, que não poderá ser plenamente cumprida enquanto perdurar a destruição das individualidades históricas e culturais das populações que formaram a matriz plural do povo e da sociedade brasileira (MUNANGA e KABENLEGE, 2005,



s/p.).

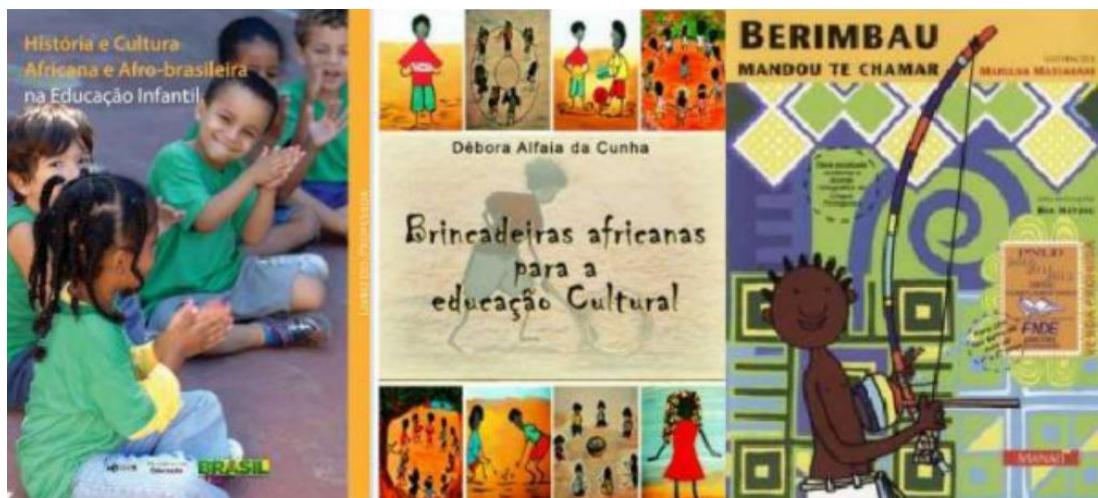
Nesta perspectiva conectada com esses autores e suas práticas pedagógicas emancipatórias e antirracistas, que propõem na presença diária educativa no ambiente a valorização do outro e da interlocução com as crianças, através de prática vivenciada da diferença da inclusão e da restauração da humanidade de povos marginalizados.

O projeto de intervenção didática propõem uma série de atividades que podem ser incluídas no cotidiano escolar da Educação Infantil (crianças de 0 a 5 anos). Promovendo a junção da garantia dos direitos humanos universais, os direitos essenciais da criança negra na escola e o cumprimento da Lei n. 11.645/08.

A proposta está baseada em três obras que contribuem para a construção de propostas étnico-raciais na Educação Infantil, entre elas temos: 1) História e Cultura Africanas e Afro-brasileira (BRASIL, 2017); 2) Brincadeiras africanas para Educação Cultural (CUNHA, 2016);

3) Berimbau Mandou te Chamar (HETZEL, 2008). Três grandes obras capazes de reunir diversas propostas de intervenção didáticas lúdicas para a criança na escola.

**Figura SEQ Figura 1\* ARABIC 1:** Livros em Educação Étnico-racial



Fonte: a autora

1) Plano de aula – Tudo bem ser diferente

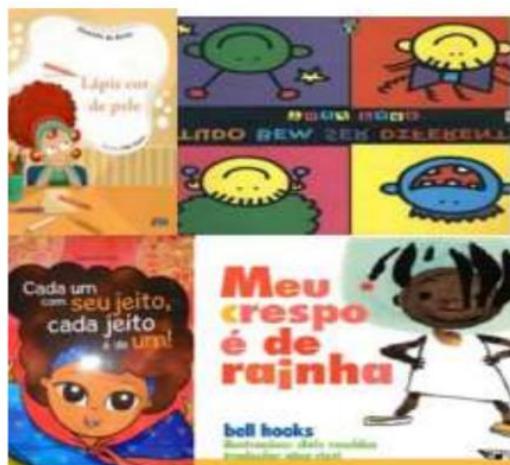
A partir da construção pedagógica decolonial (MUNANGA, 1999), constrói uma



atividade com o foco de identificar o “quem sou” e “quem é o outro”. O objetivo é demonstrar a diferença e a diversidade de forma enriquecedora e não desigual e inferior. Onde a busca da valorização, do reconhecimento, da identidade e de valores de cada criança promover a igualdade, e redefinindo no ambiente escolar o que é “belo” para definir novos valores sociais e humanos. Quatro obras são sugeridas para atividade:

- a) Lápis cor da pele – Daniele de Brito
- b) Tudo bem ser diferente – Todd Parr
- c) Cada com o seu Jeito cada Jeito é de um – Lucimara Rosa Dias
- d) Meu crespo é de Rainha – Bell Hooks

**Figura SEQ Figura 1\* ARABIC 2: Obras**



**Fonte:** da autora

## 2) Plano de aula – Tambores da África/Brasil

Esse plano de aula se constrói na através da “pedagogia que emergem”, baseada na experiência do movimento negro na sua tentativa de conectar sua ancestralidade, valorizando sua cultura e significando o sentido de ser negro e respeitando o multiculturalismo que constrói a sociedade (GOMES, 2017). O objetivo é conectar a história de África com sua própria história, reconectando o sujeito negro africano, como elemento contributivo com a formação da sociedade brasileira. Quatro livros são sugeridos:



- a) A menina e o tambor – Sônia Junqueira
- b) Koumba e o tambor Diambê – Madu Costa
- c) Bruna a galinha d’Angola – Gercilga de Alemida
- d) A linda garota de Angola – Ana Gizelia Vieira

**Figura SEQ Figura 1\* ARABIC 3:** Obras literárias da história e



Fonte: Da autora

Um livro sugerido para o desenvolvimento da musicalidade da criança, com o título “O berimbau mandou me chamar” (HETZEL, 2008). O livro traz diversas musicas das rodas de capoeira do Brasil, possibilitando a conexão lúdica, da letra, seus sentidos e seus ritmos.

**Figura SEQ Figura 1\* ARABIC 4:O Berimbau**



Fonte: Da autora



### 3) Plano de aula – Brincadeiras

Esse plano de aula se constrói na proposta pedagógica Engajada da Bell Hooks que nos provoca a uma formação cultural que nos conecta com a nossa cultura, valorizando nossos saberes, e nosso conhecimento (HOOKS, 2013). Baseada na pesquisa das brincadeiras infantis africanas e sua origem, esse plano de aula nos possibilita refletir sobre os valores culturais africanos como possibilidade de educação das nossas próprias crianças.

O livro proposto faz parte de uma pesquisa que selecionou diversas brincadeiras africana e dívidas em grupos em jogos de concentração, jogos de desenhar, jogos de coordenação geral, jogos de sorte, etc.

**Figura SEQ Figura 1\* ARABIC 5: Brincadeiras africanas**



Fonte: Da autora

## 5 METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste projeto de intervenção é realizada em duas etapas. A primeira através de um método de revisão bibliográfica dos principais autores em educação étnico-racial que contribuem de forma propositiva para a redefinição de conceitos sobre educação. O artigo propõe três autores para o desenvolvimento de pedagogias humanizadoras.

No primeiro momento as pedagogias engajadas da pesquisadora afro-americana



Bell Hooks (HOOKS, 2013), no segundo momento, pedagogias que emergem da professora brasileira Nilma Limo Gomes (GOMES, 2017); e por último a Pedagogia Decolonial do antropólogo e professor brasileiro-congolês Kabenlege Munanga (MUNANGA, 1999).

Na segunda etapa é formada por uma metodologia que constrói sugestões de atividades lúdicas para Educação Infantil de crianças na faixa de 0 à 5 anos. Possibilitando a construção de novas regras sociais que redefinem o conceito de “belo”, “saberes”, “cultura” e “musicalidade”. A proposta está baseada em três obras que contribuem para a construção de propostas étnicorraciais na Educação Infantil, entre elas temos: 1) História e Cultura Africanas e Afro-brasileira (BRASIL, 2017); 2) Brincadeiras africanas para Educação Cultural (CUNHA, 2016); Berimbau Mandou te Chamar (HETZEL, 2008). Três grandes obras capazes de reunir diversas propostas de intervenção didáticas lúdicas para a criança na escola.

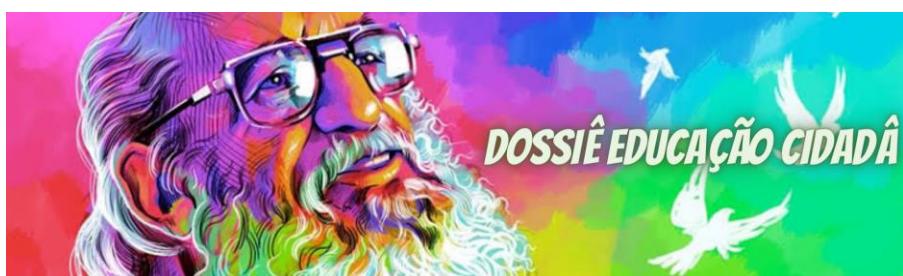
## 6 RESULTADOS PARCIAIS/ ESPERADOS

O projeto de intervenção didática tem como objetivo obter resultados através dos desenvolvimentos de novos valores sociais, através do contato com o outro, e de seus valores, de sua riqueza cultural. Compreendendo que as regras normalmente impostas como valores ditos como universais e comum numa sociedade global, a escola se propõe a redefinir essas regras a partir dos elementos que nela se compõem. Expandindo o olhar da criança para além de suas conexões do ambiente familiar, onde o diferente muitas vezes é silenciado, ou não compõem o espaço.

O contato com outras crianças de grupos familiares distintos é possível redefinir novas regras, para que outro que muitas vezes é visto como elemento diferente e inferior, seja inserido e incluído como algo valioso que deve ser respeitado e valorizado.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O racismo, a identidade e a diversidade na sociedade brasileira foram o foco desse



presente Projeto. Compreendendo que a Educação Infantil é o primeiro contato das crianças com as regras sociais que vão lhe seguir ao longo de toda sua vida. Essa primeira experiência é vital para que valores de respeitos a diferença e que os estereótipos que inferiorizam sejam definidos como valores humanos.

Neste contexto o trabalho se propôs de forma crítica as pedagogias utilizadas na Educação Infantil e como elas podem contribuir de forma lúdica e positiva para a construção social da criança. Direitos Humanos se inicia pela afirmação de que uma sociedade justa é aquela que valoriza os diferentes, promovendo igualdade e respeito.

Muitos casos de violência, desrespeito e discriminação tem sido divulgados na mídia, não refletindo na totalidade, porém, deixa claro a necessidade de uma análise das causas e dos agentes geradores dessa situação, devendo resultar em ações. Na Educação Infantil a discriminação deve ser tratada com muita atenção, pois, as crianças viverão suas primeiras experiências em grupo.

Aprender a conviver com diversas características físicas (cor de pele, cabelo, peso, etc.), ouvindo histórias e participando de projetos que apresentem a cultura de diferentes grupos étnicos. Aliás, conviver em uma ambiente com respeito e atitudes contra a discriminação é a melhor forma de educar as crianças, isso é Educação em Direitos Humanos.

## REFERÊNCIAS

- VIEIRA, A. (2006). A LINDA GAROTA DE ANGOLA. MG: ALFA BETO.  
ALMEIDA, G.  
(2009). BRUNA E A GALINHA D' ANGOLA. BRASIL: PALLAS.
- BRASIL. (1988). CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Brasília/ DF: CÂMARA DOS DEPUTADOS.
- BRASIL. (2017). HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA:



Educação Infantil. Brasília/DF: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.

BRITO, D. (2017). LÁPIS COM DA PELE. BRASIL: CORTEZ .

CAVALLEIRO, E. (2000). DO SILENCIO DO LAR AO SILENCIO DA ESCOLA: Racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto.

CUNHA, D. (2016). BRINCADEIRAS AFRICANAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL. Castanhal/PA: AUTOR.

DIAS, L. (2012). CADA UM COM O SEU JEITO CADA JEITO É DE UM! BRASIL: ALVORADA.

GOMES, N. (2017). MOVIMENTO NEGRO EDUCADOR: Saberes construídosna luta por emancipação. Petropólis/RJ: VOZES.

Grodin, M., & Viezzer, M. (2018). O Maior Genocídio Da História DaHumanidade. Paraná : Editor.

HETZEL, B. B. (2008). O BERIMBAU MANDOU TE CHAMAR. Rio de Janeiro: MANATI PRODUÇÕES EDITORIAL LTDA.

HOOKS, B. (2013). ENSINANDO A TRANSGREDIR:A educação como praticada liberdade. (M. CIPOLA, Trad.) São Paulo/ SP: WMF martins Fontes.

HOOKS, B. (2018). MEU CRESPO É DE RAINHA. BRASIL: BOITATA .

JUNQUEIRA, S., & HADDAD, M. (2009). A MENINA E O TAMBOR. BRASIL: AUTÊNTICA INFANTIL E JUVENIL.

MANDELA, N. (2012). AUTOBIOGRAFIA: O longo caminho para a liberdade. PLANETA.

MUNANGA, K. (1999). RIDISCUTINDO A MESTIÇAGEM NO BRASIL: Identidade nacional versus indentidade negra. Petropolis/RJ: VOZES.



MUNANGA, K.; ORG. (2005). SUPERANDO O RACISMO NA ESCOLA. Brasília/DF: MEC/BID/UNESCO.

ONU, A. G. (1948). Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris: Nações Unidas

PARR, T. (2002). TUDO BEM SER DIFERENTE. BRASIL: PANDA BOOKS.

